



# MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Da ciência ao  
financiamento

SETEMBRO | 2018



# SUMÁRIO



## 1 - O MOMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

CONFERÊNCIA MUNDIAL DO CLIMA EM 1979  
MUITO “SHOULD” E NENHUM “SHALL”

1988 - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL  
SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC)

ANOS 1990, II CONFERÊNCIA MUNDIAL DO  
CLIMA E A UNFCCC

## 2 - O UNIVERSO ONU E OS ACORDOS PARA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL  
PROTOCOLO DE KYOTO E O MECANISMO  
DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL)

## 3 - OS BANCOS MULTILATERAIS

BANCO MUNDIAL  
CLIMATE INVESTMENT FUNDS - CIF  
GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF  
BANCO INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO - BID  
EUROPEAN INVESTMENT BANK - EIB

## 4 - AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

AGÊNCIA FRANCESA DE  
DESENVOLVIMENTO - AFD

BANCO JAPONÊS DE COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL - JBIC

USAID

UKAID - DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL  
DEVELOPMENT (DFID)

## 5 - FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO BRASIL

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

## 6 - AS SOLUÇÕES DE MERCADO

ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND  
GOVERNANCE - ESG

VISÃO DOS RISCOS COM AS MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS

PORTFOLIO DECARBONIZATION COALITION

## 7 - FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

EUROPEAN INVESTMENT BANK - EIB

UN CAPITAL DEVELOPMENT FUND - UNCDF

FINANCING SUSTAINABLE CITIES - FSC



**MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS**  
Da ciência ao  
financiamento



# 1 - O MOMENTO DAS RECOMENDAÇÕES<sup>1</sup>



## CONFERÊNCIA MUNDIAL DO CLIMA EM 1979

Durante o primeiro encontro da Conferência Mundial do Clima em 1979, o foco foi a formação das bases científicas de entendimento das mudanças climáticas.

*The WCC-1 Declaration (WMO, 1979(a)) called on all nations to strongly support the proposed World Climate Programme and suggested immediate strategies to assist countries to make better use of climate information in planning for social and economic development.*

Um resumo das definições da conferência foi:

- (a) To take full advantage of man's [sic] present knowledge of climate;*
- (b) To take steps to improve significantly that knowledge;*
- (c) To foresee and prevent potential man-made changes in climate that might be adverse to the well-being of humanity.*

Basicamente uma oportunidade para que a humanidade pudesse entender a dimensão do problema das mudanças climáticas e descobrir a melhor maneira de agir.



1979 - Conferência Mundial do Clima

## MUITO “SHOULD” E NENHUM “SHALL”

Pulemos para o ano de 1985 quando no mês de outubro o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP), OMM (Organização Meteorológica Mundial - WMO) e o CIC (Conselho Internacional de Ciência - ICSU) consolidaram uma avaliação sobre o papel do dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa nas variações climáticas e nos seus impactos. Esse encontro ficou conhecido com a Conferência Villach (“the Villach Conference”).

O relatório final reuniu uma série de recomendações para governos e entidades financiadoras sobre as necessidades de monitoramento e pesquisas capazes de definir a dimensão da ameaça e, mais importante, apontou que o PNUMA, OMM e CIC deveriam, entre outras coisas:

- *Ensure periodic assessments were undertaken of the state of scientific understanding and its practical implications; and*
- *Initiate, if deemed necessary, consideration of a global convention.*

Novamente uma a conferência que incentivou governos e instituições de financeiras a custearem mais pesquisas. O motivo ainda eram as incertezas nos padrões de chuva e temperatura, dentre as recomendações constavam que:

*Governments and funding agencies **should** increase research support and focus efforts on crucial unsolved problems related to greenhouse gases and climate change. Priority **should** be given to national scientific programme initiatives such as (a) the World Climate Research Programme (WMO-ICSU), (b) present and proposed efforts on biogeochemical cycling and tropospheric chemistry in the framework of the Global Change Programme proposed by ICSU, (c) National Climatic Research Programmes. Special emphasis **should** be placed on improved modelling of the ocean, cloud-radiation interactions, and land surface processes.*

(...)

*Support for the analysis of policy and economic options should be increased by governments and funding agencies. In these assessments the widest possible range of social responses aimed at preventing or adapting to climate change **should** be identified, analyzed and evaluated.*

É importante notar a expressão “should” que implica apenas em uma recomendação, em oposição ao “shall” que implica a necessidade de tomada de ação.



1988 - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)

Governments and funding institutions **should** strongly support the following:

i. Long-term monitoring and interpretation with state-of-the-art models of:

- a. radiatively important atmospheric constituents in addition to CO<sub>2</sub>, including aerosols,
- b. solar irradiance, and
- c. sea level.

ii. Study and interpretation of the past history of climate and environment, specially regarding interactions among the atmosphere, oceans and ecosystems.

iii. Studies of the effects of atmospheric composition and of changing climate and climatic extremes on subtropical and tropical ecosystems, boreal forests, and on water regimes.

iv. Investigations of the sensitivity of the global agricultural resource base with respect to:

- a. direct effects of increases in atmospheric CO<sub>2</sub> and other greenhouse gases,
- b. effects of changes in climate, and
- c. probable combinations of these.

v. Evaluation of social and economic impacts of sea-level rises.

vi. Analysis of policy-making procedures under the kinds of risks implied by a significant greenhouse warming.

## 1988 - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC)

Foi em novembro de 1988 que aconteceu o primeiro encontro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). O Painel tornou-se com o tempo uma organização independente que é hoje a fonte primária de informações sobre a ciência e os impactos relacionados às mudanças climáticas. Seus relatórios de avaliação, o mais recente é o quinto de 2013, norteiam as discussões.

## ANOS 1990, II CONFERÊNCIA MUNDIAL DO CLIMA E A UNFCCC



1990 - Segunda Conferência Mundial do Clima

As evidências do primeiro relatório de avaliação do IPCC, em consonância com as recomendações da Segunda Conferência sobre Clima (WCC-2) formaram as bases para as negociações para o texto da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima) oficializada em 9 de maio de 1992 durante a ECO-92 no Rio de Janeiro. A Convenção entrou em vigor já em 1994.

Com a entrada em vigor da Convenção Quadro, as nações signatárias passaram a se reunir anualmente na Conferência das Partes (COP). Entre os anos de 1979 e 1994 as nações do mundo consolidaram o entendimento científico sobre as mudanças climáticas. A partir desse passo inicial de recomendações e pesquisas, formaram as bases para a criação de um plano de ação para diminuição das emissões.

## 2 - O UNIVERSO ONU E OS ACORDOS PARA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

### HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL

A UNFCCC<sup>2</sup> é uma convenção cujas partes, reconheceram preocupações comuns e determinadas a proteger o sistema climático do planeta para as futuras gerações concordaram em uma série de ações.

Em relação ao financiamento das necessárias mudanças, ficou inicialmente acordado que os países desenvolvidos deveriam oferecer fontes de financiamento adicionais novas. Além disso, devem promover, facilitar e financiar a transferência ou o acesso a tecnologias ambientalmente adequadas a outras Partes.

Em seu artigo 11 a Convenção estabeleceu os mecanismos financeiros e por meio da Comissão Permanente de Finanças (Standing Committee on Finance - SCF) produz a “Avaliação Bienal e Visão Geral dos Fluxos Financeiros Climáticos<sup>3</sup>”. A estimativa total de valores para o financiamento climático, vindo das mais diversas fontes, está em USD 410 bi<sup>4</sup> na média entre 2015-16.



United Nations Framework  
Convention on Climate Change

2 <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>

3 <https://unfccc.int/topics/climate-finance/resources/biennial-assessment-of-climate-finance>

4 <https://climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2017/>



Landscape  
of Climate  
Finance

### PROTOCOLO DE KYOTO E O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL)

O Protocolo de Kyoto<sup>5</sup>, assinado em 1997 e que entrou em vigor em 2005 estabeleceu objetivos de redução de emissões, mas também ofereceu um mecanismo de mercado para que os países signatários pudessem atingir suas metas.

Por meio da negociação de emissões (International Emissions Trading), ficaram estabelecidas as bases para que as reduções ou remoções de emissões se tornassem uma nova commodity negociável.

Foi criado também o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL (Clean Development Mechanism - CDM) passou a permitir que um país com excedente de emissões possa compensar esse saldo em um outro país em desenvolvimento. Essa negociação é feita por meio dos créditos de redução de emissões, conhecidos como “créditos de carbono”.

Por fim, o Protocolo de Kyoto estabeleceu ainda as implementações conjuntas (Joint implementation - JI) em que países do Anexo B (desenvolvidos) podem realizar projetos conjuntos de redução de emissões.

Ainda como prosseguimento de Kyoto, foi criado em 2001 o Fundo de Adaptação (Adaptation Fund)<sup>6</sup> voltado para países em desenvolvimento e, em especial, os mais sujeitos aos impactos negativos das mudanças climáticas.

5 <https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol>

6 <https://unfccc.int/process/bodies/funds-and-financial-entities/adaptation-fund>

## 3 - OS BANCOS MULTILATERAIS



O relatório unificado sobre financiamento climático dos bancos multilaterais (Joint Report on Multilateral Development Banks' Climate Finance<sup>7</sup>) é o documento que visa dar transparência sobre os investimentos destes organismos financeiros em prol do combate às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento.

A edição de 2016 (a mais recente) foi preparada pelo Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (European Bank for Reconstruction and Development) em conjunto com o Banco de Desenvolvimento Africano (African Development Bank - AfDB), o Banco de Desenvolvimento Asiático (Asian Development Bank - ADB), o Banco de Investimento Europeu (European Investment Bank - EIB), Banco Interamericano de Desenvolvimento (Inter-American Development Bank Group - IDBG) e o Banco Mundial (World Bank Group - WBG).

Entre os anos de 2011 e 2016, os bancos multilaterais investiram mais de USD 158 bilhões, com valores anuais que variaram entre 23 e 28 bilhões. Para o ano de 2016, o grosso do financiamento foi direcionado para mitigação (USD 21,217 bilhões) e o restante para adaptação (USD 6,224 bi).

De maneira complementar ao relatório de 2016, os bancos multilaterais produziram o guia de referência "Dos bilhões aos trilhões: transformando o financiamento de desenvolvimento" (From Billions to Trillions: Transforming Development Finance). O relatório defende que para que se atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é preciso partir dos USD 135 bilhões em recursos em ajudas oficiais ao desenvolvimento (AOD). Mas entende-se que o volume total de recursos se aproxima do USD 1 trilhão quando se levam em conta recursos de filantropia, remessas, fluxos Sul-Sul e outras assistência oficiais e investimento estrangeiro direto.

Após a Rio+20, oito bancos de desenvolvimento formaram um grupo de trabalho em transportes sustentáveis com vistas a atingir o compromisso da conferência com o transporte sustentável.

O compromisso estabelece que os bancos multilaterais irão prover USD 175 bilhões em empréstimos e

doações até 2022<sup>8</sup>. Os bancos signatários do compromisso são: Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Banco de desenvolvimento da América Latina (CAF), Banco Europeu para a reconstrução e desenvolvimento (EBRD), Banco de Investimento Europeu (EIB), Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e o Banco Mundial.

Em seu relatório mais recente (2015/16)<sup>9</sup> os bancos parceiros informam que em 2016 foram USD 23 bilhões em fundos aprovados para um total de 229 projetos. Do total de projetos, são 89 em rodovias, 51 em transporte urbano, 16 em ferrovias, 12 em aeroportos, 13 em hidrovias e cabotagem além de 48 outros na área de transportes. Foram ainda 251 outros projetos de assistência técnica para apoio, desenvolvimento, pesquisa e capacitação.

### BANCO MUNDIAL



## THE WORLD BANK

O Banco Mundial considera em sua visão sobre a importância de investimentos no combate às mudanças climáticas os impactos negativos e as oportunidades ainda não exploradas<sup>10</sup>. Dentre as consequências negativas a possibilidade que 100 milhões de pessoas sejam empurradas para pobreza até 2030 com perdas anuais no consumo de USD 520 bilhões por ano.

No horizonte de oportunidades, o BM aponta que serão necessários USD 90 trilhões em investimentos em infraestrutura em países em desenvolvimento e de renda média somente nos próximos 15 anos<sup>11</sup>. Investimentos para manter as temperaturas abaixo de 2 °C irão requerer cerca de 3,5 trilhões por ano<sup>12</sup>.

Um dos braços do BM, o *International Finance Corporation* - IFC, investe no Brasil em projetos de grande porte e retorno financeiro a taxas de mercado. O lucro obtido nas operações brasileiras é investido em países

8 <http://www.eib.org/en/infocentre/press/news/all/mdbs-on-track-to-deliver-on-rio+20-promises.htm>

9 <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/211966/mdb-progress-report-2015-2016.pdf>

10 <https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/overview>

11 <http://newclimateeconomy.net/content/release-transform-financial-system-deliver-sustainable-infrastructure-and-reignite-growth>

12 <https://www.iea.org/newsroom/news/2017/march/deep-energy-transformation-needed-by-2050-to-limit-rise-in-global-temperature.html>

7 [https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8505/2016\\_joint\\_report\\_on\\_mdbs\\_climate\\_finance.pdf](https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8505/2016_joint_report_on_mdbs_climate_finance.pdf)

mais pobres. Cerca de 20% de todo o portfólio tem algum ponto ligado às mudanças climáticas e a meta é chegar até 30% 2020.

Em parcerias, o IFC no Brasil contribui para a formação de PPPs, em infraestrutura a Linha 4 Amarela do Metrô de São Paulo é um exemplo<sup>13</sup>. Outro mais recente envolveu o oferecimento da contratação de serviços de acompanhamento para diminuir a evasão escolar. O modelo teve por princípio o cálculo das perdas econômicas geradas pelo abandono precoce da escola por parte dos alunos. O Insper Metrics é uma fonte importante de pesquisa para o levantamento desses custos.

Em 2016 o IFC produziu um relatório completo de oportunidades de investimentos climáticos separado por regiões do mundo<sup>14</sup>. O ponto central é deixar de lado a lógica de crescimento primeiro para limpar depois.

O documento apresenta um panorama de potencial de investimento “climate-smart” em três regiões Leste Asiático (China, Indonésia, Filipinas e Vietnã), América Latina e Caribe (Argentina, Brasil, Colômbia e México) e Sul Asiático (Bangladesh e Índia).

Na América Latina, o uso do transporte público nas cidades é ponto de destaque para um baixo índice de emissões per capita em uma região muito urbanizada. No Brasil o potencial estimado de investimentos necessários é da ordem de USD 264 bilhões, sendo a maior fatia de 209 bi em transporte.

O caminho apontado para melhoria dos transportes estão centrados em eficiência, com aumento no uso de biocombustíveis e aumento da eficiência energética dos veículos nas ruas.

Frente às limitações do poder público em lidar com os investimentos necessários para cidades de baixo carbono, o IFC tem uma estratégia de promoção de parcerias público privadas. A idéia central é que o processo de licitação seja centrado nos objetivos a serem alcançados e não nas tecnologias. Dessa forma é possível abrir o escopo de soluções para investimentos privados mais sustentáveis.

## CLIMATE INVESTMENT FUNDS - CIF



O Climate Investment Funds (CIF) é uma fonte de financiamento provisória criada em 2008 pelo Banco Mundial em cooperação com outros bancos de multilaterais e busca construir uma ponte entre o atual regime climático e o futuro dentro dos preceitos da UNFCCC.

No balanço de desembolsos de 2016, o CIF apoiou 142 projetos com um total de USD 1,97 bilhão. Desse total, USD 1,702 destinados ao Clean Technology Fund (CTF). A atuação do CIF no Brasil está restrita a projetos focados no programa de investimentos em florestas.

Dentro da sua área de atuação, o CTF tem aprovados USD 5 bilhões para o financiamento de tecnologias limpas com a ambição de alavancar USD 47 bilhões em cofinanciamento. A expectativa é de evitar a emissão de 1,3 milhão de toneladas de CO2 equivalente.<sup>15</sup> Até o presente, já foram USD 20 bilhões em cofinanciamento em 49 projetos com o total de fundos do CTF em USD 3,6 bi.

Nas metas de transportes do fundo, foram alcançados resultados preliminares no México e na Colômbia com um investimento de USD 240 milhões. Dentro de uma meta de 6,2 milhões de viagens ao dia em meios de transporte limpos, o número atual é de 175.696 passageiros transportados.

Outro destaque na atuação do CIF é a política de conectar gênero e mudanças climáticas<sup>16</sup>. Dentro do escopo de financiamento climático, merece atenção uma publicação redigida pela divisão de gestão de risco e mudanças climáticas (Climate Change and Disaster Risk Management Division) e pelo grupo temático de igualdade de gênero (Gender Equity Thematic Group) do Banco de Desenvolvimento Asiático (Asian Development Bank - ADB).

O livro “Building Gender into Climate Finance - ADB experience with the climate investment funds”<sup>17</sup> mapeia os esforços do banco asiático em incorporar a igualdade de gênero em sua política de financiamento climático.

13 <http://www.worldbank.org/pt/results/2013/04/03/Brazil-Sao-Paulo-metro-public-private-partnership-line-4>

14 [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/51183b2d-c82e-443e-bb9b-68d9572d-d48d/3503-IFC-Climate\\_Investment\\_Opportunity-Report-Dec-FINAL.pdf?MOD=AJPERES](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/51183b2d-c82e-443e-bb9b-68d9572d-d48d/3503-IFC-Climate_Investment_Opportunity-Report-Dec-FINAL.pdf?MOD=AJPERES)

15 [https://www.climateinvestmentfunds.org/sites/cif\\_enc/files/knowledge-documents/ctf\\_factsheet.pdf](https://www.climateinvestmentfunds.org/sites/cif_enc/files/knowledge-documents/ctf_factsheet.pdf)

16 <https://www.climateinvestmentfunds.org/mainstreaming-gender>

17 [https://www.climateinvestmentfunds.org/sites/cif\\_enc/files/knowledge-documents/gender-climate-finance.pdf](https://www.climateinvestmentfunds.org/sites/cif_enc/files/knowledge-documents/gender-climate-finance.pdf)



## GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF



### GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY INVESTING IN OUR PLANET

Foi ao final da Rio-92 que foi criado o Global Environment Facility (GEF), um fundo trustee administrado pelo Banco Mundial e que tem como objetivo colaborar para que países em desenvolvimento ou com economias em transição possam cumprir seus objetivos definidos nas convenções e acordos ambientais internacionais.

No total são 39 países doadores que recompõe o fundo a cada quatro anos. Já em seu sexto ciclo (GEF-6) o fundo recebeu contribuições de USD 4,43 bilhões para o período de 2014-18.

Dentro do programa de cidades sustentáveis o GEF irá investir USD 2,4 bilhões em 28 cidades em 11 países em desenvolvimento<sup>18</sup>. A meta é reduzir ou evitar a emissão de 100 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e. No Brasil, por meio da UNEP, são USD 25 milhões investidos em Brasília e Recife, com cofinanciamento de USD 195 milhões<sup>19</sup>.

## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID



Com foco em apoio técnico e financeiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID visa reduzir a pobreza e desigualdade na América Latina e Caribe. Trabalhando com governos, a iniciativa privada e o terceiro setor, o BID visa sempre alavancar recursos para maximizar o impacto de seus aportes.

A expectativa para 2018 é de oferecer USD 13,1 bilhões em empréstimos, o que representará um cresci-

mento de 18% nos valores aprovados e 9% nos desembolsos em relação ao ano de 2017.

Em relação ao financiamento climático, o BID trabalha em parceria com outros fundos e fontes de financiamento novamente para alavancar os retornos. Os fundos parceiros são: Climate Investment Funds, Global Environment Facility, Forest Carbon Partnership Facility Adaptation Fund, Green Climate Fund, UKAid, InfraFund e SECCI.

## EUROPEAN INVESTMENT BANK - EIB



O Banco de Investimento Europeu (EIB) define-se como o maior fornecedor multilateral de finanças climáticas no mundo. Em 2017 foram investidos um total de EUR 19,4 bilhões ou cerca de 28% de toda a carteira do banco.

A estratégia climática do EIB está centrada em três pontos principais: reforçar o impacto do banco no financiamento climático, aumentar a resiliência às mudanças climáticas e integrar cada vez as mudanças climáticas na estratégia do banco (diretrizes, padrões e métodos).

De acordo com o volume de investimentos necessários, o EIB oferece empréstimos diretamente para grandes projetos e indiretamente para iniciativas menores. Há além disso uma série de produtos financeiros em mudanças climáticas. São eles: Climate Awareness Bonds (Green Bonds), Climate Action in the Middle East and North Africa (CAMENA), Equity and fund investments, European Local Energy Assistance (ELENA), InnovFin, Structured finance, Private Finance for Energy Efficiency (PF4EE) e o Natural Capital Financing Facility (NCF).

Programas de investimento na área de transportes são financiados dentro do programa urbano do banco.

<sup>18</sup> <https://www.thegpsc.org/>

<sup>19</sup> <https://www.thegef.org/topics/sustainable-cities>

## 4 - AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS



### AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - AFD



Desde 2005 a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) tem nas mudanças climáticas uma de suas prioridades<sup>20</sup>. Atualmente, tem a meta ambiciosa de que todos os seus projetos sejam 100% compatíveis com o Acordo de Paris de 2015<sup>21</sup>.

Para garantir que os projetos selecionados estejam de acordo com a política de financiamento do banco, a AFD implementou uma metodologia para aferir a adequação dos projetos postulantes aos princípios de desenvolvimento sustentável<sup>22</sup>.

Em números, a AFD conseguiu impactar com uma redução de 48 milhões de toneladas a menos de CO<sub>2</sub>e através dos projetos aprovados em 2017. Foram ainda EURO 29 bilhões dedicados para o clima desde 2005. Por fim, 50% das atividades apoiadas trazem algum benefício para o clima.

No Brasil, a AFD já financiou 38 projetos num total de EURO 1,8 bilhão com 70% das iniciativas com impacto no clima<sup>23</sup>. Destaque para os transportes sustentáveis com o BRT em Curitiba, unificação tarifária e melhorias na malha de trilhos no Rio de Janeiro e a conexão ferroviária com o aeroporto de Guarulhos em São Paulo.

Por meio do projeto Gemmes trabalham em parceria com o Ipea em busca de modelos de transição energética adaptados à realidade brasileira<sup>24</sup>. Além disso, através do braço para entes privados, Proparco, a AFD financia projetos que promovem o crescimento econômico em países em desenvolvimento. No Brasil especificamente, o foco no estabelecimento de parcerias público privadas em obras de infraestrutura.

20 <https://www.afd.fr/sites/afd/files/2018-03-02-13-32/climate-development-strategy-2017-2022.pdf>

21 <http://www.afd.fr/en/page-thematique-axe/climate>

22 <https://www.afd.fr/en/methodology-guide-sustainable-development-opinion-mechanism>

23 <https://www.afd.fr/en/page-region-pays/brazil>

24 <https://www.afd.fr/pt/promover-transicao-energetica-com-o-projeto-gemmes>

## BANCO JAPONÊS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - JBIC



**JAPAN  
BANK FOR  
INTERNATIONAL  
COOPERATION**

A estratégia japonesa de combate às mudanças climáticas<sup>25</sup> passa pela cooperação com países em desenvolvimento na Ásia e o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) para a criação da Plataforma para Adaptação Climática Ásia-Pacífico (AP-PLAT).

Ainda dentro da estratégia nacional, o Japão busca promover através de parcerias público-privadas a disseminação de tecnologias de baixo carbono por meio do mecanismo conjunto de crédito (Joint Crediting Mechanism - JCM) uma parceria com 17 países que já apoiou mais de 100 projetos.

Junto ao setor privado, o governo criou a Parceria Japonesa de Líderes Climáticos, que busca definir as oportunidades dentro do escopo das mudanças climáticas.

Criado em 2012, o Banco Japonês de Cooperação Internacional - JBIC tem a missão de contribuir com o desenvolvimento interno, bem como a economia mundial.

O JBIC tem a linha GREEN (Global action for Reconciling Economic growth and ENvironmental preservation) linha de financiamento para promoção de negócios e preservação ambiental. A linha de financiamento já aportou recursos no BNDES<sup>26</sup>.

A linha de financiamento GREEN trabalha por meio de três tipos de aportes financeiros:

- Cofinanciamento com ou por meio de garantias de instituições privadas
- Cofinanciamento com instituições financeira multilaterais
- Aporte em fundos de companhias estrangeiras ou instituições multilaterais.

As diretrizes de financiamento de projetos abarca, dentro do objetivo de redução de emissões, o aumento da eficiência energética por meio da mudança de modais no transporte urbano<sup>27</sup>.

25 <https://www.env.go.jp/press/files/en/738.pdf>

26 [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_en/Institucional/Press/Noticias/2015/20150401\\_jbic.html](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Institucional/Press/Noticias/2015/20150401_jbic.html)

27 [https://www.jbic.go.jp/wp-content/uploads/news\\_en/2010/04/2171/information-green-guide.pdf](https://www.jbic.go.jp/wp-content/uploads/news_en/2010/04/2171/information-green-guide.pdf)

USAID



A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAid) é um órgão do governo americano responsável pela distribuição de recursos de apoio e ajuda externa.

No escopo de meio ambiente e mudanças climáticas trabalha em nove áreas: mudanças climáticas, biodiversidade e florestas, urbanização sustentável, posse da terra, gestão sustentável da terra, medição de impactos ambientais, gestão de conhecimento para o meio ambiente, turismo sustentável e Dia da Terra.

Ao longo do ano fiscal de 2015, foram USD 331 milhões programados para a Global Climate Change Initiative, tendo alcançado mais de 50 países. Entre 2010 e 2016 foram programados USD 2,4 bilhões em investimentos programados na iniciativa de mudanças climáticas e mais USD 1 bilhão em financiamentos com impactos positivos indiretos para o clima.

Além dos aportes no combate às mudanças climáticas por parte da USAid, o governo dos EUA também contribui através do Departamento de Estado, do Tesouro, da Millennium Challenge Corporation, da Overseas Private Investment Corporation e com aportes no Fundo Verde do Clima.

A estratégia da USAid para o clima está mais em adaptação, com foco na construção.

O escopo de ação em Mudanças climáticas per se está na adaptação:

*Our climate-and-development know-how and programs help countries achieve self-reliance while pursuing clean economic growth and resilient development and strengthening U.S. security and trade<sup>28</sup>.*

A USAid contribui ainda com o apoio no planejamento financeiro para que os países possam acessar outras fontes de financiamento para adaptação, seja junto ao Fundo Verde do Clima ou financiadores privados.

Um exemplo de parceria da USAid com o setor privado é com o Athelia Climate Fund<sup>29</sup> e envolve match funding. O fundo no entanto tem um portfólio voltado para florestas.

28 [https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PBAAF094.pdf](https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PBAAF094.pdf)

29 <https://althelia.com/althelia-climate-fund/>

A visão das cidades para o futuro da USAid<sup>30</sup> busca uma abordagem holística de desenvolvimento capaz de integrar segurança alimentar, crescimento econômico, saúde, educação, mudanças climáticas e resiliência dentro de um contexto de urbanização crescente<sup>31</sup>.

Para construir os resultados esperados, a USAid concentra seus esforços em parcerias, financiamento, capacitação junto a governos municipais, dados e tecnologia.

## UKAID - DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID)



O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) é a linha de frente nos esforços do Reino Unido para acabar com a pobreza extrema. O trabalho está centrado em países na África, Ásia e no Oriente Médio. O departamento também trabalha com programas regionais, territórios ultramarinos e diretamente com alguns países. Além disso, fornecem ajuda por meio de programas globais e contribuições para instituições multilaterais.

O Reino Unido dedica 0,7% de seu PIB para investimentos de apoio oficial (Official Development Assistance - ODA)<sup>32</sup> como preconizado pela OCDE (Organisation for Economic Cooperation and Development). Quais sejam, investimentos que visam promover o crescimento econômico de países em desenvolvimento e através de empréstimos favoráveis com um parte de pelo menos 25% como doação.

Em 2017, os valores de ODA oferecidos pelo governo do Reino Unido foram de £13,933 bilhões de libras, um aumento de £555 milhões (ou 4,2%) em relação a 2016.

30 <https://www.usaid.gov/urban>

31 [https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/USAID\\_Urbanization.pdf](https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/USAID_Urbanization.pdf)

32 [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/697331/Statistics-International-Development-Provisional-UK-aid-spend2017.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/697331/Statistics-International-Development-Provisional-UK-aid-spend2017.pdf)

# 5 - FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO BRASIL



**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**



O BNDES é um banco de desenvolvimento que compõe a administração pública indireta e fornece investimentos de longo prazo. Sendo um banco público, a avaliação para aprovação de financiamento está também centrada nos impactos econômicos e socioambientais.

No ano de 2017 o BNDES realizou desembolsos totais no valor de R\$ 70,8 bilhões. Desse total R\$ 26,9 bilhões em infraestrutura. Dentro do que o banco define como “economia verde” os valores para projetos de energias renováveis (R\$ 14,7 bilhões) e eficiência energética (R\$ 8,2 bilhões) para o transporte público foram um total de R\$ 1,9 bilhão em repasses<sup>33</sup>.

Desde 2007 é signatário da Declaração sobre Mudanças Climáticas proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Iniciativa Financeira (PNUMA-IF)<sup>34</sup>. O documento “visa integrar as questões ambientais às operações e serviços financeiros”.

Um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Clima é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Enquanto o MMA fica com os investimentos não-reembolsáveis, o BNDES os financiamentos reembolsáveis<sup>35</sup>.

Com um teto de até R\$ 30 milhões por proponente, o financiamento do Fundo Clima através do BNDES encontra-se atualmente suspenso “em razão do comprometimento total dos recursos disponíveis”. Além do apoio direto aos projetos, o BNDES também faz repasses através de bancos públicos.

33 <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos/desembolsos-nos-anos-antigos/desembolsos-em-2017/>

34 [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070605\\_not123\\_07](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070605_not123_07)

35 <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/fundo-clima>

São no total dez áreas de atuação ou subprogramas:

- Mobilidade Urbana
- Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima
- Máquinas e Equipamentos Eficientes
- Energias Renováveis
- Resíduos Sólidos
- Carvão Vegetal
- Florestas Nativas
- Gestão e Serviços de Carbono
- Projetos Inovadores

Dentro do que pode ser financiado temos:

3. Apoio a projetos de Bus Rapid Transit (BRT's), limitado aos componentes destes projetos descritos a seguir:

- Adequação de estações e terminais, incluindo pontos de embarque e desembarque, visando a integração com modos de transporte motorizados e não motorizados, e a melhoria de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e do conforto para os usuários;

(...)

4. Implantação de infraestrutura cicloviária, incluindo a elaboração dos projetos, e sistemas de aluguel de bicicleta, compreendendo a infraestrutura e as bicicletas.

Até o presente, não houve nenhuma proposta com o intuito de promover mobilidade ativa, mas tem buscado internamente incorporar a pauta. A calculadora de emissões (construída em parceria com FGVCes - SP<sup>36</sup>) é uma das ferramentas utilizadas pela equipe técnica de mobilidade urbana.

Ao contrário de determinados bancos multilaterais, o BNDES não dispõe de uma unidade de construção de projetos. O banco no entanto faz subcontratações para modelagens de parcerias público-privadas com foco em desestatização, iluminação pública e resíduos sólidos. Por hora não existe também um histórico em mobilidade urbana.

36 <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima/ferramenta-calculo-reducao/>



A Caixa Econômica Federal (CEF) tem em seu portfólio o “Fundo Socioambiental Caixa” que: “*apóia projetos socioambientais, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, voltados ao desenvolvimento integrado e sustentável para a população de baixa renda*”.

O edital mais recente do fundo é de 2017 com a seleção de projetos de dentro do escopo de: Desenvolvimento e Cidadania; Energias Renováveis e Recursos Hídricos; Parceria Caixa e Ministério do Meio Ambiente.

Em Desenvolvimento e Cidadania os recursos eram de até R\$ 4 milhões para 20 projetos (máximo de R\$ 200 mil por projeto). Já Energia Renováveis e Recursos Hídricos ofereceu até R\$ 6 milhões (com valores entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão por projeto selecionado). Por fim a Parceria entre a Caixa e o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Socioambiental do banco e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, tinha um valor global de R\$ 10 milhões com valores por proposta entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão.

Para o ano de 2018, o investimento não-reembolsável do Fundo Nacional do Meio Ambiente<sup>37</sup> está sob a tutela de um edital do MMA<sup>38</sup>. Trata-se de um total de R\$ 5 milhões direcionado aos municípios com valores entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil por projeto.

## 6 - AS SOLUÇÕES DE MERCADO



### ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE - ESG

Pioneiro na análise de investimentos ambientais, o DowJones Sustainability Index (DJSI)<sup>39</sup> foi lançado em 1999 e visava promover a inovação na área de investimentos ESG (Environmental, Social and Governance). Com um avaliação anual, analisam os fatores econômicos, ambientais e sociais para medir o sucesso de uma empresa, que no geral são sub pesquisados em análises financeiras convencionais.

O Índice é operado pela RobecoSAM<sup>40</sup>, que tem um portfólio específico em Mudanças Climáticas. A empresa define sua linha entre o desinvestimento e engajamento. O desinvestimento significa deixar de lado investimentos na cadeia de combustíveis fósseis e o engajamento envolve uma aproximação com as indústrias automotiva, extrativista e de cimento para redução de suas emissões. Envolve ainda promover junto a empresas de geração de energia uma estratégia proativa e ambiciosa para a descarbonização do setor.

Para orientar políticas climáticas por parte de financiadores, elaboraram um toolkit lançado em Agosto de 2015 sobre investimentos em resposta às mudanças climáticas<sup>41</sup>.

### VISÃO DOS RISCOS COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O mercado de capitais, o banco Itaú incluso<sup>42</sup>, passou a entender as mudanças climáticas como uma ameaça com grandes riscos para o bom funcionamento da economia. Um dos componentes fundamentais para a construção desse entendimento foi o *Stern Review on the Economics of Climate Change*<sup>43</sup> um documento de 700 páginas custeado pelo governo do Reino Unido e lançado em 2006.

Escrito pelo economista Nicholas Stern, o documento aborda os impactos econômicos gerados pelas mu-

39 <http://www.sustainability-indices.com/>

40 <http://www.robecosam.com/en/sustainability-insights/focus-themes/climate-change/index.jsp>

41 [http://www.robecosam.com/images/Investing\\_in\\_response\\_to\\_climate\\_change.pdf](http://www.robecosam.com/images/Investing_in_response_to_climate_change.pdf)

42 [https://www.itaubr.com.br/\\_arquivosstaticos/Itau/PDF/Sustentabilidade/Posicionamento-Itau-ROSA.pdf](https://www.itaubr.com.br/_arquivosstaticos/Itau/PDF/Sustentabilidade/Posicionamento-Itau-ROSA.pdf)

43 [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview\\_report\\_complete.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf)

37 <http://www.mma.gov.br/fundo-nacional-do-meio-ambiente>

38 <http://www.mma.gov.br/informma/item/14831-noticia-acom-2018-06-3060.html>

danças climáticas na economia global. Apesar de não ser o primeiro documento do tipo, o *Stern Review* é o mais representativo e conhecido.

De maneira direta, Stern definiu que as mudanças climáticas é a maior e mais extensa “falha do mercado” jamais vista e um desafio econômico único<sup>44</sup>.

*“The evidence shows that ignoring climate change will eventually damage economic growth. Our actions over the coming few decades could create risks of major disruption to economic and social activity, later in this century and in the next, on a scale similar to those associated with the great wars and the economic depression of the first half of the 20th century. And it will be difficult or impossible to reverse these changes. Tackling climate change is the pro-growth strategy for the longer term, and it can be done in a way that does not cap the aspirations for growth of rich or poor countries. The earlier effective action is taken, the less costly it will be.”*

Em resumo, Stern alerta que ignorar as mudanças climáticas pode representar uma redução de até 20% do PIB mundial até o final do século e evitar esse risco implica em investimentos de 1% desse mesmo PIB, todos os anos, até o 2100. Investimento esse que precisa começar imediatamente.

Infelizmente, apenas dois anos após o lançamento do documento, Stern reviu sua análise e apontou que os investimentos para diminuir os impactos das mudanças climáticas devem ser de 2% do PIB mundial ao ano.

## PORTFOLIO DECARBONIZATION COALITION



Criada em uma parceria entre a Iniciativa Financeira do PNUMA (UNEP-FI), a CDP (antes conhecida como Carbon Disclosure Project) e duas assets, a “Portfolio Decarbonization Coalition<sup>45</sup>” visa subsidiar investidores para que possam agir diretamente na criação de um plano de descarbonização de suas carteiras.

O último relatório anual aponta que em 2017 foram feitos compromissos de descarbonização de USD 800 bilhões por parte de 32 investidores<sup>46</sup>. Um crescimento de USD 200 bilhões em relação ao total de USD 600 bilhões em carteira ao final de 2016<sup>47</sup>.

Os membros da coalizão, apesar de terem a oportunidade de troca de conhecimentos e estratégias tem que balizar sua atuação na elaboração de um plano efetivo de descarbonização de suas carteiras em acordo com os critérios estabelecidos pelas regras da coalizão<sup>48</sup>.

São aceitos quais metodologias para diminuir a pegada de carbono e promover a descarbonização. Mas em respeito aos preceitos de transparência, a coalizão exige que compartilhem uma visão geral e aspectos chave da estratégia adotada, inclusive das técnicas e métodos. Esse aprendizado é então compartilhado publicamente.

45 <http://unepfi.org/pdc/>

46 <http://unepfi.org/pdc/cdpq-sarasin-and-sura-join-portfolio-decarbonization-coalition-members-now-oversee-more-than-us800-billion-in-decarbonization-strategies/>

47 <http://unepfi.org/pdc/latest-annual-report-27-investors-representing-over-600bn-in-decarbonization-commitments-detail-progress-made/>

48 <http://unepfi.org/pdc/join-the-coalition/>

44 <https://www.theguardian.com/environment/2011/feb/15/stern-review>

# 7 - FINANCIAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



## EUROPEAN INVESTMENT BANK - EIB



O Banco Europeu de Investimentos tem uma linha variada de iniciativas relacionadas à agenda urbana<sup>49</sup>. Busca compartilhar conhecimento com autoridades locais e regionais para que estas possam acessar os fundos existentes. Entre 2011 e 2017 foram quase EUR 150 bilhões em infraestrutura e serviços. Atualmente estão expandindo para projetos com maior risco financeiro dentro da estratégia europeia de investimento estratégico<sup>50</sup>.

Dentro da linha de investimentos gerais em infraestrutura, o EIB investiu em 2017 EUR 18 bilhões com métricas relevantes em aumento de capacidade de produção energética (10.924 MW dos quais 99.6% em renováveis). Dentre os resultados relacionados a transportes, destaque para a métrica de 735 milhões de novos passageiros em projetos financiados pelo EIB.

Especificamente para o financiamento de melhorias urbanas, o EIB operou o JESSICA acrônimo de “Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas” (Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Zonas Urbanas)<sup>51</sup>. De maneira resumida, os Estados-Membros podem utilizar parte dos recursos não reembolsáveis dos Fundos Estruturais para realização de investimentos reembolsáveis em projetos de desenvolvimento urbano sustentável.

O JESSICA operou dentro da legislação de financia-

mento europeia para o período entre 2007 e 2013 e repassava recursos a fundos de desenvolvimento urbano ou fundos holding nos países. Não se tratava de uma nova fonte de financiamento, mas uma maneira de prover a alocação de recursos de fundos estruturais europeus.

A estratégia financiava infraestrutura urbana no setor de transportes, água, saneamento, energia, etc.; preservação do patrimônio histórico e turismo sustentável; requalificação de zonas industriais; melhoria da eficiência energética.

Atualmente a agenda urbana trabalha com uma visão de cidades inteligentes<sup>52</sup>, de maneira a integrar inovação, participação pública na construção com planejamento estratégico. Na área de transportes a agenda ainda foca extensivamente em combustíveis alternativos, transporte inteligente (sistemas tecnológicos) e pedágio urbano.

Os investimentos no setor urbano do EIB estão centrados em:

- Empréstimos diretos, normalmente com projetos acima de EUR 100 milhões
- Enquadramento de empréstimo (framework loan)<sup>53</sup> para financiar programas de investimento multissetorial de 3-5 anos com valores acima de EUR 100 milhões
- Enquadramento de empréstimos por meio de intermediários financeiros para cidades pequenas
- Investimento em fundos de ações de iniciativas de desenvolvimento urbano, infraestrutura ou revitalização de zonas industriais
- Consultoria por meio de diversas iniciativas tais como o European Investment Advisory Hub, JASPERS e outros instrumentos de orientação que beneficiem as cidades.

Dentre os mecanismos de consultoria, destaque para o JASPERS, acrônimo para “Joint Assistance to Support Projects in European Regions” (Assistência conjunta de apoio a projetos nas regiões europeias)<sup>54</sup>. Trata-se de uma consultoria gratuita para os municípios para:

- Aconselhar as autoridades no planejamento estratégico e seleção de projetos
- Apoiar na preparação de projetos para que eles se enquadrem nos padrões estabelecido pela União Europeia
- Capacitação por meio da transferência de conhecimento sobre preparação de projetos, questões ambientais, legislativas e outras necessidades

49 <http://www.eib.org/en/projects/sectors/urban-development/index.htm>

50 <http://www.eib.org/en/efsi/index.htm>

51 <http://www.eib.org/en/infocentre/publications/all/jessica.htm>

52 [http://www.eib.org/attachments/smart\\_cities\\_factsheet\\_en.pdf](http://www.eib.org/attachments/smart_cities_factsheet_en.pdf)

53 [http://www.eib.org/attachments/documents/mooc\\_factsheet\\_eib\\_framework\\_loans\\_en.pdf](http://www.eib.org/attachments/documents/mooc_factsheet_eib_framework_loans_en.pdf)

54 <http://jaspers.eib.org/>

- Agilizar na aprovação de projetos por meio de uma revisão independente dos projetos submetidos.

O grande objetivo do JASPER é facilitar aos EUR 350 bilhões em fundos estruturais de investimento (invest European structural and investment funds - ESIF) garantindo a melhor qualidade técnica, ambiental e social para os projetos.

## UN CAPITAL DEVELOPMENT FUND - UNCDF



O fundo de desenvolvimento das Nações Unidas foi criado em 1966 como uma organização autônoma dentro da ONU para assessorar nações pobres no desenvolvimento econômico por meio da complementação da suplementação de financiamentos.

Em linhas gerais, promovem a inclusão financeira, o financiamento para o desenvolvimento local e gerenciam uma plataforma de investimento para os países menos desenvolvidos.

Dentro da esfera de financiamento local, buscam atacar a dificuldade da dificuldade de recursos fiscais e de mercado serem alocados pelos governos e economias locais em uma maneira que promova o desenvolvimento sustentável e igualitário, o que impede transformações estruturais e resiliência econômica.

Além disso, lidam com a dificuldade dos governos e economias locais de atraírem financiamento que beneficiam a população. Por fim, lidam com a ausência de apoio financeiro para projetos de infraestrutura com alto impacto em questões fundamentais como, empoderamento econômico das mulheres, mudanças climá-

ticas, energia limpa e segurança alimentar.

Frente às dificuldades encontradas nas nações menos desenvolvidas, a UNCDF busca garantir que os investimentos retenham valor dentro do território local. O que aumenta a espaço fiscal (*fiscal space*) e fixa a geração de riqueza<sup>55</sup>.

O volume de recursos que a UNCDF destinou aos governos locais foi de USD 40 milhões entre 2014 e 2017 em 4.673 projetos em 23 países. Em 76% dos casos, houve aumento do espaço fiscal.

## FINANCING SUSTAINABLE CITIES - FSC



A Financing Sustainable Cities é uma iniciativa do World Resources Institute (WRI) e C40 financiado pela Citi Foundation. Trata-se de uma plataforma repositório de estudos de caso em três grandes áreas: mobilidade (BRT, bicicletas pública, ônibus elétricos e híbridos), energia (novos prédios eficientes e retrofit) e uso do solo (desenvolvimento orientado para o transporte sustentável - DOTS).

Por meio da consolidação de exemplos, buscam divulgar soluções reais mapeadas através de um padrão único de levantamento de dados em busca de inovação nos meios de financiamento, arcabouço legal e diretrizes técnicas<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> <http://www.uncdf.org/local-development-finance>

<sup>56</sup> <http://financingsustainablecities.org/about/more-information>





O presente relatório nasce de uma parceria entre a **Coalizão Clima e Mobilidade Ativa - CCMob** e o **Itaú Unibanco** e tem entre os seus objetivos compreender melhor o complexo cenário dos financiamentos climáticos mundiais. A expectativa do levantamento foi identificar possibilidades de incidência para ampliar os recursos dedicados a cidades de baixo carbono no Brasil e incentivo a mobilidade ativa - contemplando ações para pedestres e ciclistas como formas de redução de emissões.

Além disso, sistematizar e trazer à luz tais informações ajuda a inspirar que outras instituições, entidades filantrópicas, agências de governo e bancos multilaterais possam criar e investir em suas próprias carteiras de financiamento exclusivas para construção de cidades sustentáveis, justas e mais humanas, afinal estabelecer uma nova matriz de desenvolvimento a partir da necessidade emergente de descarbonizar os transportes exige, entre outras medidas, um enorme esforço financeiro das maiores e mais responsáveis empresas do mundo.

